RELATÓRIO & CONTAS 2021

Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2021

INSTITUTO NACIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

INSS

NATIONAL INSTITUTE OF SOCIAL SECURITY

Modernizar Para Melhor Servir

SISSMO
Sistema de Informação de Segurança Social de Moçambique

m-contribuição
MINHA CONTRIBUIÇÃO. MEU BENEFÍCIO.

RELATÓRIO & CONTAS 2021

INSTITUTO NACIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

INSS

NATIONAL INSTITUTE OF SOCIAL SECURITY

Demonstrações Financeiras – 31 de Dezembro de 2021

Modernizar Para Melhor Servir

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DO TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

INSTITUTO NACIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

COMISSÃO DE CONTROLO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PARECER RELATIVO À CONTA ANUAL DE GESTÃO DO INSS DE 2021

Homologo

Kabir Bahar Ilmahomed, MBA
Presidente do Conselho de Administração

Ao
Conselho de Administração
Do Instituto Nacional
De Segurança Social

Local

No âmbito do cumprimento das suas atribuições previstas no nº 3 do artigo 13 do Decreto nº 17/88, de 27 de Dezembro, conjugado com o nº 3 do artigo 115 do Decreto nº 51/2017, de 09 de Outubro, a Comissão de Controlo do Conselho de Administração do INSS, apresenta o seu Parecer relativo à Conta Anual de Gestão do Instituto Nacional de Segurança Social, referente ao exercício económico findo em 31 de Dezembro de 2021, que reflecte as realizações do ponto de vista financeiro e funcional, e foram feitas de acordo com as normas do relato financeiro e contabilístico em vigor na instituição.

A Comissão de Controlo apreciou a Conta Anual do INSS de 2021, o Relatório dos Auditores Independentes, as Demonstrações Financeiras, o Balanço, as Demonstrações de Resultados, entre outras informações de gestão inerentes a mesma.

Com efeito, da análise efectuada à referida conta, verifica-se que foram superados todos os constrangimentos que fundamentaram a opinião com reserva dos Auditores Externos no Relatório e Conta do exercício económico transacto.

A Comissão de Controlo prestou atenção à criação de sistemas informáticos que permitem a integração do SISSMO com as plataformas de pagamento móvel, criando deste modo mais meios de pagamento de contribuições, principalmente para os Trabalhadores por Conta Própria.

Outro aspecto constatado é a expansão territorial do INSS, facto que coloca a instituição mais próxima dos seus utentes do sistema, bem como o aumento da cobertura contributiva do sistema, nomeadamente:

- Divulgação do sistema de segurança social obrigatória, com uma realização anual de 130,3%;
- Inscrição de Contribuintes, com uma realização anual de 123,1%;
- Inscrição de Trabalhadores por Conta de Outrem, com uma realização anual de 102,8%;
- Inscrição de Trabalhadores por Conta Própria, com uma realização anual de 130,3%.

A Comissão de Controlo constatou que relativamente ao processo de execução das despesas foi observado o rácio de 16,76% contra os 18,7% projectados, como resultado da implementação das medidas de contenção das despesas, o que resultou numa poupança de 1,94%.

Relativamente à Receita total, a Comissão de Controlo verificou que houve um crescimento em 8.18% de 2020 para 2021.

O aumento da demanda pelas prestações, decorrente da maturidade do sistema, desafia o INSS a ser mais assertivo no alargamento da base contributiva e na implementação da Política de Investimentos.

Pelos motivos supracitados, a Comissão de Controlo do Conselho de Administração do INSS é de parecer favorável à aprovação e publicação da Conta Anual do INSS referente ao exercício económico 2021, com as seguintes recomendações para a Direcção Geral do INSS:

1. Continuar a criar condições para o aumento do número de Trabalhadores por Conta Própria (TCP) que pagam contribuições;
2. Assegurar que todos os Projectos em carteira e edifícios já iniciados tenham o seu desfecho o mais breve possível;
3. Publicar a conta anual no prazo legalmente estabelecido.

A Comissão de Controlo endereça um voto de louvor à Direcção Geral e, através deste, a todos os colaboradores do INSS pela dedicação e esforço empreendido no exercício de suas funções.

Maputo, 14 de Dezembro de 2022

Fortunato Albrinho
Presidente da Comissão de Controlo

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DO TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

INSTITUTO NACIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

II – DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSS SOBRE A CONTA ANUAL DA SEGURANÇA SOCIAL DE 2021

Nos termos da alínea e) do artigo 8 do Decreto nº 17/88 de 27 de Dezembro, é função do Conselho de Administração, entre outras, deliberar sobre as Contas Anuais da Segurança Social relativas aos exercícios económicos.

Neste contexto, o Conselho de Administração do INSS, reunido na sua 206ª Sessão Ordinária, realizada no dia 20 de Dezembro de 2022, apreciou os pareceres da Comissão de Controlo e do Auditor Externo sobre a Conta Anual do Instituto Nacional de Segurança Social relativa ao ano de 2021 e a proposta de Aplicação de Resultados do mesmo exercício económico, submetidas pela Direcção Geral.

O Conselho de Administração do INSS constatou que o relatório do Auditor Externo da Conta Anual de 2021, que constitui parte integrante da mesma, apresenta apreciação favorável às demonstrações financeiras apresentadas e desempenho financeiro do exercício findo, na medida em que foram superados todos os constrangimentos que fundamentaram a sua opinião com reserva dos no Relatório e Conta do exercício económico transacto, e notou que a Comissão de Controlo, na apreciação da Conta Anual de 2021, produziu importantes recomendações à Direcção Geral para os exercícios subsequentes, com vista ao aperfeiçoamento da gestão.

Assim, o Conselho de Administração deliberou aprovar a Conta Anual de 2021 do Instituto Nacional de Segurança Social e orientar a sua publicação.

O Conselho de Administração continuará a acompanhar a implementação das recomendações do Auditor Externo e da Comissão de Controlo e estimular a Direcção Geral a dinamizar as actividades relevantes, com vista a melhoria da sua gestão.

Maputo, 14 de Dezembro de 2022

Kabir Bahar Ilmahomed, MBA
Presidente do Conselho de Administração

RELATÓRIO & CONTAS 2021

Demonstrações Financeiras – 31 de Dezembro de 2021

INSTITUTO NACIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

INSS

NATIONAL INSTITUTE OF SOCIAL SECURITY

III. Declaração de Responsabilidade da Direcção Geral pelas Demonstrações Financeiras

A Direcção Geral do INSS é responsável pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras do INSS, que compreendem o Balanço a 31 de Dezembro de 2021, a demonstração dos resultados, o Mapa de fluxos de caixa e o Mapa de mutação de valores do exercício findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras que incluem um sumário das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Moçambique, tal como disposto no Plano de Contas Específico para o Sistema de Segurança Social, aprovado pelo Decreto Ministerial de 31 de Janeiro de 1990.

A Direcção Geral é igualmente responsável por um sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que estejam livres de distorções materiais devidas a fraude, erros e registos contabilísticos adequados e de gestão de risco eficaz. A Direcção Geral é igualmente responsável pelo cumprimento das leis e regulamentos vigentes na República de Moçambique.

A Direcção Geral fez uma avaliação da capacidade da Entidade continuar a operar com a devida observância do pressuposto da continuidade e não têm motivos para duvidar da capacidade da Entidade poder continuar a operar segundo esse pressuposto no futuro próximo.

O auditor é responsável por reportar sobre se as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma apropriada em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Moçambique, tal como disposto no Plano de Contas Específico para o Sistema de Segurança Social, aprovado pelo Decreto Ministerial de 31 de Janeiro de 1990.

Aprovação das demonstraçõs financeiras

As demonstrações financeiras do INSS- Instituto Nacional de Segurança Social como indicado acima foram aprovados pelo Conselho de Administração em 1 de Dezembro de 2022 e está abaixo assinado pelo seu representante

O Director Geral
Joaquim Moisés Siúta
(Técnico Superior M1)

IV - Relatório Técnico da Conta Anual

4.1 Enquadramento Económico

4.1.1 Economia Global

Em 2021, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), esperava-se que o crescimento da economia global, fosse cerca de 5.9%. No entanto, esta economia global entrará no próximo exercício em uma posição mais fraca do que o esperado. À medida que a nova variante da COVID-19 (Omicron) se espalhava, os países reimpunham restrições de mobilidade.

O surgimento de novas variantes da COVID-19 agravou a situação da pandemia e induziu a novas perturbações económicas. Além disso, as interrupções na cadeia de abastecimentos, a volatilidade dos preços da energia e as pressões salariais localizadas, colocou a incerteza em torno da inflação e das políticas económicas na situação alta. À medida que as economias avançadas elevavam as taxas de juros, surgiram riscos para a estabilidade financeira nos mercados emergentes e nas economias em desenvolvimento.

O FMI frisou que a incidência da Pandemia da COVID 19 e a reacção através de uma estratégia de saúde global e eficaz foi mais notória do que antes. O acesso mundial às vacinas, testes e tratamento foi essencial para reduzir o risco de variantes mais perigosas da COVID 19, isso requereu maior produção de suprimentos, bem como melhores sistemas de entrega nos países e distribuição internacional mais justos.

De acordo com o "Tradingeconomic.com, o PIB dos EUA teve um crescimento de 6.9% no IV trimestre de 2021, na Zona Euro o aumento foi de 0.3% e na China 1.6%. No que diz respeito à inflação, a mesma fonte refere que foi cerca de 6.7% nos EUA, 4.7% na Zona Euro, 1.8% na China e 5.4% na África do Sul. A taxa de desemprego foi cerca de 4.2% nos EUA, 7.1% na Zona Euro e 5.2% na China.

Conforme, World Economic Outlook, o aumento dos preços da energia e as interrupções no fornecimento resultaram em uma inflação maior e mais ampla do que o previsto, principalmente nos Estados Unidos e em muitos mercados emergentes e economias em desenvolvimento, onde Moçambique se enquadra. A retracção do sector imobiliário da China e a recuperação mais lenta do que o esperado do consumo privado também teve perspectivas de crescimento limitadas.

4.1.2 Economia Regional

De acordo com Banco Mundial, a produção na África Subsaariana (ASS) cresceu cerca de 3,5% em 2021, impulsionada por uma recuperação nos preços das mercadorias e um abrandamento das restrições sociais. No entanto, a recuperação continuou frágil e insuficiente para reverter um aumento da pobreza induzido pela pandemia e persistiu a ameaça de surtos recorrentes da COVID-19. A variante Ómicron contribuiu para um aumento de novos casos em toda a região. Mais de 70% dos países da ASS comunicaram um aumento de pelo menos 50% de novos casos de COVID-19 durante as últimas duas semanas do ano de 2021.

Os sectores dos serviços, turismo e manufactura foram adversamente afectados pela pandemia, enquanto perdas sustentadas de rendimentos do trabalho e uma elevada inflação impediram uma recuperação das despesas dos consumidores. A crescente agitação social, insegurança e conflitos civis, especialmente na região do Sahel (Burkina Faso, Chade, nordeste da Nigéria, Níger, Mali e Mauritânia) e na Etiópia, levaram a uma redução nas despesas de investimento. O espaço político para apoiar as recuperações diminuiu ainda mais em toda a região devido ao aumento dos níveis da dívida pública e à perda de receitas fiscais.

O crescimento nas três maiores economias da ASS — Nigéria, África do Sul e Egipto — foi estimado em 3,1% em 2021, uma revisão para cima das estimativas anteriores. Em Nigéria e Egipto, o crescimento foi impulsionado pela recuperação nos sectores não petrolíferos; a produção de petróleo em toda a região permaneceu abaixo dos níveis pré-pandemia devido a interrupções nos trabalhos de manutenção e diminuição dos investimentos nas indústrias extractivas.

Na África do Sul, uma forte recuperação no início do ano foi interrompida por graves surtos da COVID-19, agitação social e falhas de energia. Noutros pontos da região, o crescimento dos exportadores de bens não-petrolíferos foi apoiado pelo aumento dos preços dos metais e dos bens alimentares; enquanto isso, as interrupções nas viagens internacionais e no turismo continuaram a pesar na recuperação dos países dependentes do turismo (Namíbia, Seychelles).

As velocidades de recuperação económica na região foram variadas, com as três maiores economias, Angola, Nigéria e África do Sul, a crescerem 0,4%, 2,4% e 4,6%, respectivamente; e com países não ricos em recursos, como a Costa do Marfim com uma forte recuperação em 6,2% e o Quénia em 5,0%.

Uma tendência positiva resulta do facto dos países africanos terem aproveitado a oportunidade da crise para promover reformas estruturais e macroeconómicas. Diversos países iniciaram reformas estruturais difíceis mas necessárias, tais como a unificação das taxas de câmbio no Sudão, a reforma dos subsídios aos combustíveis na Nigéria e a abertura do sector das telecomunicações ao sector privado na Etiópia.

4.1.3 Economia Nacional

De acordo com o Banco de Moçambique, durante o ano de 2021, o relaxamento das medidas de contenção da COVID-19, a nível doméstico aliado à evolução favorável dos preços das mercadorias de exportação, contribuiu para a recuperação da actividade económica em 2021. Para o curto prazo, espera-se a manutenção das perspectivas de recuperação da economia, não obstante o abrandamento da procura externa e a ocorrência de choques climáticos a nível doméstico. Ao nível de preços, as projecções apontam para uma aceleração da inflação, no curto prazo, a reflectir o efeito do aumento dos preços dos combustíveis, dos produtos alimentares, bem assim o impacto dos desastres naturais que têm estado a assolar o país, porém atenuado pela estabilidade cambial.

Ainda referenciou que o mercado monetário interno para maturidade de um ano, no período em análise, apresentou uma taxa média de juros situada em 20.08%, nas operações activas e em torno de 7.53% nas passivas.

O comportamento do Metical, ao longo deste exercício foi marcado pela depreciação, tendo sido o Euro, o Dólar e o Rand Sul-africano transaccionados em média por 72,98MZN, 63,82MZN e 4,14MZN, respectivamente.

O Produto Interno Bruto, a preços de mercado (PIBpm), teve uma variação positiva na ordem de 3.32% face ao período homólogo de 2020. A inflação acumulada de Janeiro a Dezembro do ano de 2021 situou-se em 6.74%; e no quadro das relações entre Moçambique e o resto do mundo, os dados apontaram para um défice da balança comercial de bens em cerca de 5 547 milhões de Dólares Americanos.

O Comité de Política Monetária (CPMO) do Banco de Moçambique decidiu manter a taxa de juro de política monetária, taxa MIMO, em 13,25%. Esta decisão foi sustentada pela manutenção das perspectivas de inflação em um dígito, não obstante a prevalência de riscos e incertezas elevados, sobretudo os decorrentes do aumento dos preços dos bens alimentares e combustíveis líquidos, bem assim dos constrangimentos na cadeia de fornecimento de bens no mercado internacional.

Este cenário influenciou positivamente nos rendimentos do INSS resultantes de investimento, tendo em conta que mais de 90% da sua carteira de investimentos concentra-se em activos cuja taxa de retorno está indexada à taxa de FPC e consequentemente ao aumento de juros dos Depósitos à Prazo, que constituem a maior fonte das receitas financeiras.

Neste sentido, sendo o INSS um agente económico relevante no mercado e vulnerável a alterações inesperadas da economia que afectam o nível de empregabilidade, consequentemente, o desempenho económico da instituição também foi influenciado em termos demográficos e financeiros, conforme espelha-se nos capítulos seguintes.

4.2. Situação Geral da Segurança Social Obrigatória do INSS

Um dos principais objectivos do INSS é aumentar a cobertura contributiva do sistema. Para o efeito, têm sido realizadas várias actividades, das quais se destacam:

(1) a divulgação do Sistema de Segurança Social Obrigatório (SSSO) com vista à sensibilização e informação dos contribuintes, beneficiários e o público em geral, através de palestras, seminários, publicidade (Jornais, Rádio e Televisão), página web, distribuição de desdobráveis visando transmitir a importância do sistema no que respeita aos benefícios que advêm da inscrição do trabalhador;

(2) o alargamento do âmbito pessoal, através da inscrição de novos trabalhadores e contribuintes no regime por conta de outrem e de conta própria e enquadramento na Manutenção Voluntária no Sistema (MVS);

(3) a abertura e/ou criação de novas Delegações Provinciais, Distritais e Postos de Atendimento com vista a garantir a expansão dos serviços do INSS que constitui um dos pilares do quinquénio;

(4) o pagamento das diferentes prestações em vigor no INSS, quando satisfeitos os principais requisitos estabelecidos na lei; e

(5) a realização de prova anual de vida.

4.2.1 Inscrições

As inscrições são dinamizadas através de realização de palestras, sendo que para o período em análise foram realizadas 9.635 palestras para os Trabalhadores por Conta de Outrem (TCO), com a participação de 64.281 trabalhadores, o que representa uma realização anual em 111,2 %. Para o regime dos Trabalhadores por Conta Própria (TCP) foram realizadas 12.762 palestras, com a participação de 31.448 trabalhadores, o que corresponde a realização anual na ordem de 149,7%.

No cômputo geral, foram realizadas 22.397 palestras, com a participação de 95.729 trabalhadores, o que corresponde a uma realização anual de 130,3% das 17.188 palestras planificadas em conjunto.

O desempenho positivo nos resultados das palestras está relacionado com a constituição das brigadas móveis, que tem como objectivo proceder com a regularização das inscrições e pagamento de contribuições, assim como, a divulgação da Legislação sobre a Segurança Social Obrigatória (SSO) nos TCOs e TCPs.

Os resultados em 2021, comparativamente aos de 2020, foram de 6.107 e 9.960 palestras para TCO e TCP, o que representa um crescimento na ordem de 57,81% e de 28,1%, respectivamente, conforme ilustram os gráficos nº 1 e 2 abaixo.

Gráfico 1. Evolução de palestras realizadas no regime dos TCO entre 2020-2021

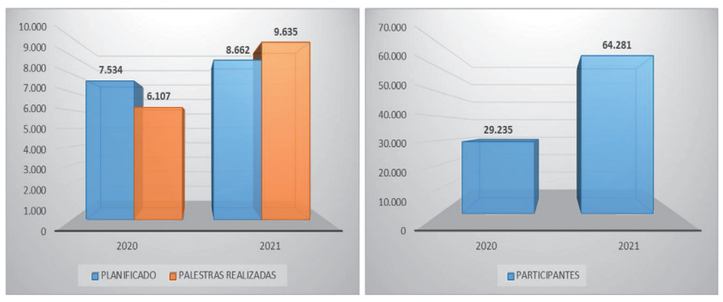
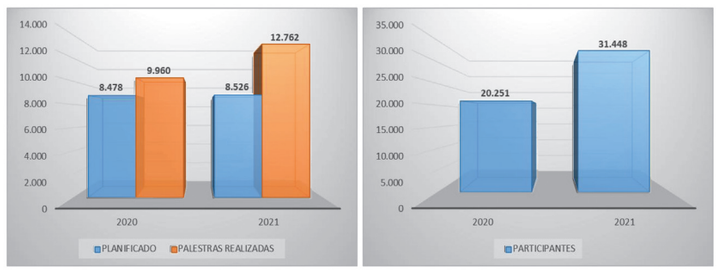


Gráfico 2. Evolução na realização de palestras no regime dos TCPs entre 2020-2021



4.2.1.1 Regime dos Trabalhadores por Conta de Outrem (TCO)

No período em análise, foram inscritos **15.213** contribuintes e **94.016** beneficiários, o que representa um cumprimento do planificado (**12.361** contribuintes e **91.456** beneficiários) na ordem de **123,1%** e **102,8%**, respectivamente.

O desempenho positivo na inscrição de contribuintes e beneficiários está relacionado com os seguintes factores, a: i) **Articulação com** a Autoridade Tributária (AT), Serviço Distrital de Actividades Econômicas (SDAE) e Balcão de Adendimento Único (BAÚ) na inscrição de novas empresas para o SSSO; ii) realização de campanhas de sensibilização nas empresas, através de palestras e programas radiofónicos e televisivos, que incindiram sobre a importância da inscrição e pagamento das contribuições para o sistema, como condição necessária para a efectivação dos direitos dos respectivos trabalhadores, em casos de doença, invalidez, maternidade, reforma e morte.

Apesar dos resultados positivos nos contribuintes e beneficiários TCO inscritos, a nível nacional, regista-se desempenhos diferenciados entre as delegações províncias.

Relativamente a inscrição de contribuintes, todas as delegações obtiveram resultados acima de 100%, com excepção de Tete na ordem de 69,0%. No que diz respeitos aos beneficiários TCO, 4 Delegações atingiram resultados abaixo de 100%, designadamente, Tete (89,2%), Inhambane (92,5%), Gaza (90,8%) e Cabo Delgado (66,9%).

Os resultados negativos no desempenho da inscrição de beneficiários (abaixo de 100%) verificados nas delegações, acima citados, deve-se, principalmente, a: i) reduzida capacidade das empresas empregarem muitos trabalhadores, visto que a maioria são empresas de pequena dimensão e ou familiares; e ii) elevada mobilidade dos trabalhadores já inscritos entre as empresas e as recêm-criadas; iii) o impacto da pandemia da COVID-19 que afectou o sector empresarial.

Comparativamente ao período análogo, em que tinham sido inscritos **13.042** contribuintes e **76.045** beneficiários, verifica-se um crescimento de contribuintes e beneficiários na ordem de 16.65% e 23,63%, respectivamente.

Quanto aos acumulados, o sistema possui **146.309** contribuintes e **1.722.438** beneficiários, dos quais estão no activo 59.603 contribuintes e 453.236 beneficiários. Estes dados significam que **40,7%** dos contribuintes e **26,3%** dos beneficiários tiveram as suas contribuições regulares.

Os gráficos 3 e 4 demonstram de forma comparativa a evolução de contribuintes e beneficiarios.

Gráfico 3. Evolução da inscrição de contribuintes entre 2020-2021

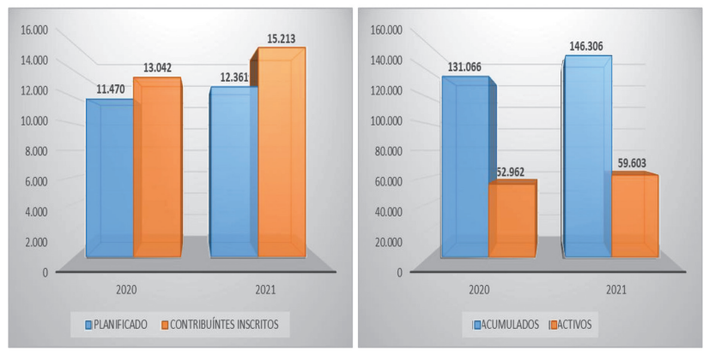
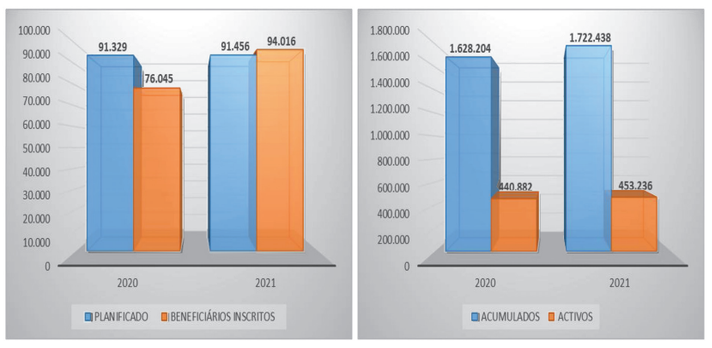


Gráfico 4. Evolução da inscrição de beneficiários TCO entre 2020 – 2021



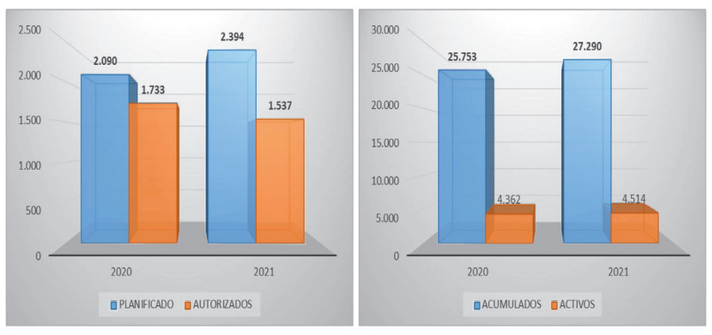
4.2.1.2. Manutenção Voluntária no Sistema (MVS

A situação de perda de emprego continua a constituir uma realidade na sociedade moçambicana e, por consequência, tem levado muitos beneficiários à situação de inactividade. Assim, como forma de dar seguimento ao processo iniciado aquando da sua inserção profissional como beneficiários, há um esforço de os manter na Segurança Social Obrigatório (SSO), através da MVS.

Deste modo, no período em análise, foram autorizados à inscrição da MVS **1.537** beneficiários, contra os **2.394** planificados, representando uma realização na ordem de **64,2%.** Em acumulado, regista-se um total de **27.290** beneficiários autorizados, dos quais estão no activo **4.541**, o equivalente a **16,6%** dos acumulados.

Relativamente ao período homólogo, em que haviam sido autorizados **1.733** beneficiários, dos quais **4.362** eram activos, verifica-se um decrescimento nos autorizados e crescimento nos activos na ordem de **11,3%** e **4,10%**, respectivamente, conforme gráfico 5, que se segue.

Gráfico 5. Evolução do enquadramento dos TCO na MVS entre 2020 -2021



4.2.1.3 Regime dos Trabalhadores por Conta Própria (TCP)

O Diploma Ministerial nº 105/2015, de 27 de Novembro, alarga o âmbito de cobertura do sistema, dando oportunidade para que milhares de trabalhadores, exercendo actividades no sector não formal e no auto-emprego passem também a ter acesso à segurança social, com destaque para a protecção na velhice.

Para o efeito, durante ao período em análise, foram inscritos **7.433** trabalhadores, o que representa uma realização do planificado na ordem de **187,2%**, pois estava prevista a inscrição no sistema de **3.970** novos trabalhadores por conta própria, conforme o gráfico 6 abaixo.

Gráfico 6. Evolução da inscrição de beneficiários TCP entre 2020 – 2021

Em acumulado registam-se **64.154** TCP, dos quais 1**0.7%** (**6.877** TCP) se encontram no activo. Relativamente ao ano anterior, em que foram inscritos **7.701** TCP, dos quais **5.145** no activo, verifica-se um decrescimento de inscritos e crescimento dos activos na ordem de **3,48%** e **33,66%**, respectivamente.

4.2.2 Abertura de Delegaçoes e Representações Distritais

No período em análise houve a abertura da Delegação Distrital de Angonia (tete), passando o INSS a ser representado em todas capitais províncias, com um total de 11 Delegações Provinciais, 24 Delegações Distritais e 45 Representações Distritais.

4.2.3 Prova Anual de Vida

A Prova de Vida, que consiste na verificação física da existência dos pensionistas com vista a poderem manter o direito às prestações concedidas pelo Sistema de Segurança Social, é um dever estabelecido ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 83 do Regulamento da Segurança Social Obrigatória, aprovado pelo Decreto nº 51/2017, de 9 de Outubro.

É de periodicidade anual e obrigatória, sendo um processo bastante simples e rápido em que o pensionista deverá apresentar o seu documento de identificação nos locais de atendimento disponíveis ao nível de todas as delegações provinciais e podendo ser domiciliária para os casos de pensionistas fisicamente incapacitados de se fazerem presentes aos locais de sua realização.

Entretanto, no exercício de 2021, o processo da realização de Prova Anual de Vida presencial para os pensionistas a nível nacional, foi suspensa temporariamente em observância ao Decreto nº 22/2020, de 23 de Abril, concernente às medidas de prevenção e contenção da propagação da COVID-19. No entanto, foi realizada a prova de vida para um total de 13.773 pensionistas que fixaram suas pensões no decurso do ano em apreço, sendo 500 pensionistas por velhice (PV), 13.238 pensionistas de sobrevivência (PS), e 35 pensionistas por invalidez (PI).

4.2.4 Principais conclusões do Estudo Actuarial

Foi efectuada uma avaliação actuarial do sistema contributivo de segurança social no País pelos técnicos internos, com o apoio técnico da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

De referir que estes técnicos beneficiaram de formação sobre esta matéria pelo que a cooperação com os técnicos especializados da OIT permitiu a consolidação dos conhecimentos obtidos durante a formação em ciências actuarial.

De acordo com as conclusões do estudo, a projeção dos fluxos de receitas e despesas revela, a curto e médio prazo, uma situação financeira sem tensões. As receitas originadas de contribuições e juros são suficientes para cobrir despesas com benefícios e despesas administrativas até 2052 e, caso o prémio se mantiver constante, a reserva será esgotada no ano de 2059.

4.2.5 Medidas de Reforma

O INSS continuou a desenvolver todo um conjunto de acções concertadas com vista a criar condições necessárias que lhe permitam obter uma opinião de auditoria assertiva sobre a sua Conta Anual. Há uma forte incidência dessas acções no processo de informatização e modernização do sistema, bem como efectuar reforma legais que permitam adequar a actividade do INSS as boas práticas internacionais, tudo na perspectiva de melhorar os serviços prestados aos utentes salvaguardando os princípios de segurança social obrigatória.

Durante o exercício de 2021, foi concluída a análise, desenvolvimento e configuração de sistemas para integração das plataformas de pagamento móvel, Top Up e Mpesa, ao SISSMO para incrementar as ferramentas disponíveis para o pagamento de contribuições de Trabalhadores por Conta Própria e por Conta de Outrem. Contudo, é pertinente destacar algumas acções:

a)Está em curso o processo da automação do plano de saneamento da dívida de contribuições, sendo que em paralelo, persistm acções tendentes a sua recuperação através dos mecanismos instituídos;

b)Sensibilização aos potenciais TCP para adesão aos mecanismos flexíveis de pagamento de contribuições;

c)Adicionalmente, aprimoramento da interoperabilidade com Autoridade Tributaria, instituições licenciadoras das actividades económicas e conservatórias de entidade legais para a partilha da base de dados de endereços e/ou identificação dos contribuintes.

4.2.6 Medidas de Contenção

As despesas de administração correspondentes ao funcionamento dos serviços administrativos e financeiros do INSS e as despesas de acção sanitária e social, em conjunto, não devem ultrapassar 19% das receitas previstas no orçamento, à luz do artigo 111 do Decreto nº 51/2017, de 09 de Outubro.

O INSS tem estado a desencadear um conjunto de acções, concertadas, no sentido de conferir maior eficiência e eficácia ao processo de execução das despesas, sendo que para o exercício económico de 2021, foi observado o rácio de **16,76%** (**2.798.298.245,48MT**) contra os **18,70%** (**2.947.580.597,14MT**) projectados, como resultado da implementação das medidas de contenção das despesas, o que resultou numa poupança de **1,94%** (**149.282.351,66MT**). Relativamente ao exercício anterior, verificou-se um incremento no valor de **494.577.821,34MT**, devido a retoma da economia.

4.3 Eventos Subsequentes no âmbito da Covid-19

No exercício de 2022, o Mundo continua a viver um problema de saúde caracterizado por uma doença contagiosa chamada COVID-19, causada pelo Coronavírus, declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como sendo Pandemia, pelo facto de a doença ser altamente infecciosa, ameaçando muitas pessoas de forma simultânea no mundo inteiro e nos últimos meses a situação tende a melhorar. Ciente de que Moçambique regista redução de casos confirmados, o Governo anunciou ao alívio de uma série de medidas para que as pessoas e as instituições públicas e privadas possam dinamizar a economia e em conjunto mitigar o risco da infecção e propagação deste vírus. Neste contexto, o INSS continua a desenvolver um plano de contingência, conforme se descreve:

a)Perdão de multas e redução de juros de mora para as empresas devedoras;

b)Oferta de máscaras faciais e baldes com torneiras a diversos sectores e segmentos da sociedade;

c)Observar estritamente as medidas de prevenção e de infecção pelo COVID-19 anunciadas pelo Governo a nível da instituição.

Adicionalmente, atento às atribuições do Sistema Segurança Social em casos de doença e morte, a coberto do disposto nos artigos 17 e 40 do Decreto nº 51/2017, de 09 de Outubro, de acordo com as estimativas da OMS, cerca de 80% da população mundial infectada pela Pandemia COVID-19 vai recuperar sem necessitar de cuidados médicos, sendo que os restantes 20% necessitarão de especial atenção e destes 5% necessitará de cuidados médicos. O INSS tem **463.236** trabalhadores activos, aplicados 5%, temos **23.162** necessitarão de cuidados médicos o que pode levar à atribuição de Subsídios por Doença e de Internamento Hospitalar.

Conforme dados acima, concluiu-se que caso sejam apresentados atestados médicos para atribuição dos subsídios retro mencionados, poderá existir um impacto financeiro não significativo, tendo em conta que o grau de infecções e contaminações eduziu nos últimos períodos, por consequência houve, o levantamento de quase todas as restrições que tinham sido impostas pelo Governo.

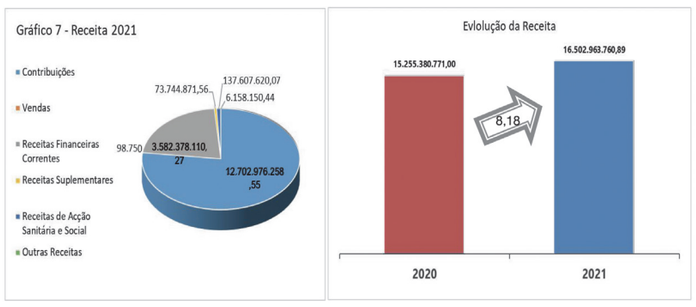
Na senda destas constatações e tendo em conta as Reservas do Sistema, o INSS está em condições de prestar assistência aos beneficiários elegíveis aos subsídios e pensão, garantindo-se a continuidade das actividades.

4.4. Principais Indicadores

4.4.1 Receitas

As Receitas totais situaram-se em 16.502.963.761MT, tendo aumentado em 8,18% comparativamente ao ano anterior (2020: 15.255.380.771MT), sendo que o valor relativo do crescimento e decréscimo é a média da ponderação das variações entre as receitas, nomeadamente, de contribuições, de vendas, financeiras correntes, suplementares, acção sanitária e social, outras receitas e de Resultados Extras na ordem de 8,52%, 46,08%, 7,88%,

67,71%, -24,61% e 187,55%, respectivamente, conforme o gráfico 7 abaixo.



De referir que as contribuições constituem a principal fonte de receita do Sistema de Segurança Social Obrigatória gerido pelo INSS.

4.4.2 Despesas

As Despesas Correntes do período foram de 10.257.741.593MT (2020: 8.158.954.977MT), sendo de considerar:

4.4.2.1 Despesas Técnicas

As Despesas Técnicas (pensões do regime) apresentaram uma execução de 7.393.437.807MT tendo registado um aumento de 25,15% comparativamente ao exercício anterior (2020:

4.4.2.2 Despesas Administrativas

As Despesas Administrativas e de Funcionamento apresentaram uma execução de 2.864.203.786MT, tendo-se verificado um aumento em 613.126.137MT, comparativamente ao exercício anterior (2020: 2.251.177.650MT), o que representa em termos relativos 27.24%.

4.4.2.3 Amortizações e Reintegrações do Exercício

O valor total das Amortizações e Reintegrações do Exercício foi de 323.549.693MT, o que comparativamente com o exercício anterior (2020: 385.302.720MT) representa uma diminuição de 61.753.027MT, equivalente a 16,03%.

4.4.2.4 Custos das Existências Vendidas e Consumidas

Esta rubrica apresentou um saldo de 20.745MT, o que comparativamente com o exercício anterior (2020: 12.211MT) representa um aumento de 8.534MT, equivalente a 69,89%, como resultado de venda de brochuras de legislação sobre Segurança social.

4.4.2.5 Provisões do exercício

Para o presente exercício económico, o reforço das provisões situou-se nos 150.148.466MT, para cobertura de outros riscos inerentes a imobilizações financeiras (41.140.630MT) e outros credores (109.007.816MT).

4.4.3 Investimentos

O INSS continua a previlegiar a rentabilização dos investimentos efectuados nos períodos anteriores, sendo que no exercício de 2020 as despesas com investimentos registaram uma execução de 4.200.281.691MT que se destacam em:

a) Despesas de Capital Produtivo

As despesas com o capital produtivo tiveram uma execução de 13.366.467.039MT constituídas, fundamentalmente, pela Subscrição e realização de Títulos (Obrigações e Bilheites de Tesouro), construção do edifício sede da Delegação Provincial de Niassa e Delegação Provincial de Nampula, Distrital de Buzi, Posto de atendimento de Mapai, Marrupa, Kanyaka, Katembe, Mossorize, Guro, Gilé, Chiúre e constituição de Depósitos a prazo.

b) Despesas de Capital de funcionamento

As Despesas de Capital de funcionamento tiveram uma execução de 270.295.680MT.

O Director Geral

Joaquim Moisés Siúta

(Técnico Superior N1)

O Director da DAF

Jaime Custódio Nhavene

(Técnico Superior N1)

KPMG

KPMG Auditores e Consultores, SA
Edifício KPMG
Rua 1.233, Nº 72 C
Maputo, Moçambique

Telefone: +258 (21) 355 200
Telefax: +258 (21) 313 358
Caixa Postal, 2451
Email: mz-fminformation@kpmg.com
web: www.kpmg.co.mz

Relatório dos Auditores Independentes

Ao Conselho de Administração do

Instituto Nacional de Segurança Social

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras do Instituto Nacional de Segurança Social ("o INSS") constantes das páginas 21 a 35, que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2021, a Demonstração dos resultados, o Mapa de fluxos de caixa e o Mapa de mutação de valores do exercício findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras do INSS - Instituto Nacional de Segurança Social relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, foram preparadas em todos os aspectos materiais, de acordo com o Plano de Contas Específico para o Sistema de Segurança Social, aprovado pelo Decreto Ministerial de 31 de Janeiro de 1990.

Bases para Opinião

Realizamos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* do nosso relatório. Somos independentes do INSS de acordo com o *Código de Ética para Contabilistas Profissionais da Federação Internacional de Contabilistas (incluindo Normas Internacioanis de Independência) (Código IESBA)* juntamente com os requisitos éticos que são relevantes para a nossa auditoria das demonstrações financeiras em Moçambique e cumprimos as nossas outras responsabilidades éticas de acordo com estes requisitos e o Código IESBA. Acreditamos que a evidência de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidade da Direcção Geral do INSS pelas Demonstrações Financeiras

A Direcção Geral do INSS é responsável pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas Específico para o Sistema de Segurança Social, aprovado pelo Decreto Ministerial de 31 de Janeiro de 1990, e por um sistema de controlo interno relevante para a preparação de demonstrações financeiras que estejam livres de distorções materiais, devidas a fraude ou erro.

Na preparação das demonstrações financeiras, a Direcção Geral do INSS é responsável por avaliar a capacidade do INSS continuar a operar segundo o pressuposto da continuidade e utilizar a base contabilística da continuidade, a menos que a Direcção Geral pretenda dissolver o INSS e cessar as operações, ou não tenham alternativa senão fazê-lo.

Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos são obter uma segurança razoável se as demonstrações financeiras como um todo estão livres de distorções materiais, devido a fraude ou erro, e em emitir um relatório de auditoria que inclua a nossa opinião. Uma segurança razoável é um alto nível de garantia, mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida de acordo com as ISAs detectará sempre uma distorção material quando existir. As distorções podem resultar de fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou no agregado, quando se pode razoavelmente esperar que influenciem as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com ISAs, exercemos o julgamento profissional e mantemos o cepticismo profissional durante a auditoria. Nós, igualmente:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, desenhamos e implementamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos evidência de auditoria que seja suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material resultante de fraude é maior do que para uma resultando de erro, uma vez que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, declarações falsas ou a derrogação do controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria, a fim de desenhar procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressamos uma opinião sobre a eficácia do controlo interno.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e divulgações feitas pela Direcção.
- Concluímos sobre a adequação do uso por parte da Direcção do pressuposto da continuidade e com base na evidência de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada a acontecimentos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade do INSS de continuar a operar de acordo com o pressuposto da continuidade. Se concluirmos que existe uma incerteza material, somos obrigados a chamar a atenção no relatório do auditor, para as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras ou, caso tais divulgações sejam inadequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões baseiam-se na evidência de auditoria obtida até a data do nosso relatório de auditoria. No entanto, acontecimentos ou condições futuras podem fazer com que o INSS deixe de operar segundo o pressuposto da continuidade.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as transações e eventos subjacentes de forma a obter uma apresentação apropriada.

Comunicamos com a Direcção Geral do INSS sobre, entre outros assuntos, o âmbito planeado e os prazos da auditoria e as constatações de auditoria significativas, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identificamos durante a nossa auditoria.

KPMG, Sociedade de Auditores Certificados, 04/SCA/OCAM/2014

Representada por:

Abel Jone Guaiaguaia, nº 04/CA/OCAM/2012
Sócio
02 de Dezembro de 2022

RELATÓRIO & CONTAS 2021

Demonstrações Financeiras – 31 de Dezembro de 2021

INSTITUTO NACIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

INSS

NATIONAL INSTITUTE OF SOCIAL SECURITY

VI – Demonstrações Financeiras

VI.i. Balanço

Balanço em 31 de Dezembro de 2021

	Notas	Valores em Meticais 31–Dez–2021	31–Dez–2020
Activos			
Caixa	7.2	37.906	41.609
Bancos	7.2	25.993.473.318	30.139.548.135
Contribuintes	7.3	4.810.770.913	4.452.282.477
Devedores por Rendimentos e Amortizações	7.4	738.625.511	225.417.390
Devedores/ Prestações a repor ou a reembolsar	7.5	4.430.519	0
Empréstimo Concedidos	7.6	1.270.500.000	0
Outros Devedores	7.7	373.465.888	522.614.559
Existências	7.8	399.934	420.679
Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo	7.9	6.770.276.835	7.141.363.061
Imobilizações Financeiras	7.10	21.467.367.234	13.223.140.727
Despesas Antecipadas	7.11	49.496.217	4.450.240
		61.478.844.276	**55.709.278.877**
Passivo			
Despesas com População Activa – Prestações a pagar	7.12	65.036.699	31.674.064
Despesas com Pensões	7.13	12.510.390	6.959.291
Despesas com Subsídio Por Morte – Prestações a pagar	7.14	77.798.626	52.473.812
Despesas com Acção Sanitária e Social	7.15	2.729.542	1.756.149
Prestações em Prescrição	7.16	32.813.466	42.293.125
Sector Público Estatal	7.17	43.683.690	49.256.719
Fornecedores	7.18	6.313.440	14.579.768
Empréstimos Obtidos	7.19	27.185.900	54.337.506
Adjudicatários Com Cauções	7.20	2.265.399	2.400.303
Outros Credores	7.21	81.693.872	51.584.892
INSS – Contribuições e Adicionais	7.22	4.810.770.913	4.452.282.477
Receitas Antecipadas	7.23	1.386.948	22.760
		5.164.188.887	**4.759.620.867**
Situação Líquida			
Reservas			
Reserva do Ramo de Doença	7.24	1.358.120.421	1.079.253.114
Reserva do Ramo de Morte	7.24	1.752.174.284	1.562.863.316
Reserva do Ramo de Pensões	7.24	11.787.581.111	11.100.255.881
Reservas Geral do Sistema	7.24	28.786.581.907	22.505.943.304
		43.684.457.723	**36.248.315.615**
RESERVAS DE CAPITAL			
Para Edifícios e Outras Construções	7.24	43.027.629	43.027.629
Para Equipamento Industrial	7.24	(67.676)	(67.676)
Para Material de Transporte	7.24	530.923	530.923
De Excedente de Revalorização	7.24	1.476.689.145	1.542.319.773
		1.520.180.021	**1.585.810.650**
Resultados Transitados		5.745.020.266	7.436.142.109
		56.113.846.897	**50.029.889.241**
Resultados Líquidos de Exercício		**5.364.997.378**	**5.679.389.637**
Total do Passivo e da Situação Líquida		**61.478.844.276**	**55.709.278.878**

VI.ii. Demonstração de Resultados

Demonstração de Resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

	Notas	Valores em Meticais 2021	2020
PROVEITOS			
Contribuições do regime	7.25	12.702.976.259	11.705.214.356
Outras receitas	7.26	3.799.987.502	3.550.166.415
		16.502.963.761	**15.255.380.771**
CUSTOS			
Pensões do Regime	7.27	7.393.437.807	5.907.777.348
Despesas Administrativas	7.28	2.864.303.786	2.251.177.650
Amortizações e reintegrações de Exercício	7.29	323.549.693	385.302.720
Provisões do Exercício	7.30	150.148.446	1.516.759.783
		10.731.439.732	**10.061.017.501**
Resultados correntes do Exercício		5.771.524.029	5.194.363.270
Resultados Extraodinários do Exercício (Líquidos)	7.31	(57.506.215)	(536.857.883)
Resultados Imputáveis a Exercícios Anter (Líquidos)	7.32	(349.020.436)	1.021.884.249
Resultados Líquidos do Exercício	7.33	**5.364.997.378**	**5.679.389.637**

VI.iii. Mapa de Fluxos de Caixa

Mapa de Fluxos de Caixa do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2021	2021	2020
Fluxo de caixa de actividades operacionais		
Resultado Líquido	5.364.997.378	5.679.389.637
Variação do activo		
Diminuição/aumento de contas a receber		
Contribuintes	(358.488.436)	(1.853.425.687)
Devedores por Rendimentos e Amortizações	(513.208.120)	(36.385)
Devedores por Prestações a Pagar a Beneficiários	-	-
Devedores por Prestações a repor ou a reembolsar	(4.430.519)	-
Empréstimos Concedidos	(1.270.500.000)	
Outros Devedores	149.148.671	(2.510.682)
Diminuição/aumento de existências	20.745	12.211
Diminuição/(aumento) de Despesas Antecipadas	(45.045.977)	19.321.259
Variação do Passivo		
Aumento/diminuição de contas a pagar		
Despesas com População Activa - Prestações a pagar	33.362.635	(17.530.529)
Despesas com Pensões	5.551.100	(87.974.044)
Despesas com Subsídio por Morte - Prestações a pagar	25.324.814	2.128.022
Despesas com Acção Sanitária e Social	973.393	(264.779)
Prestações em Prescrição	(9.479.659)	(1.738.427)
Sector Público Estatal	(5.573.029)	15.894.937
Fornecedores	(8.266.328)	3.675.799
Empréstimos Obtidos	(24.785.597)	(17.311.509)
Outros Credores	30.108.979	(20.120.871)
INSS - Contribuições e Adicionais	358.488.436	1.853.422.915
Aumento/diminuição deferimentos e outro passivo corrente	1.364.188	(189.591)
Fluxo de caixa líquido das actividades operacionais	**3.779.133.868**	**5.572.742.276**
Fluxo de caixa de actividades de investimento		
Imobilizações Financeiras	(8.244.226.507)	(4.704.614.427)
Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo	371.086.225	216.676.194
Fluxo de caixa líquido das actividades de investimento	**(7.873.140.282)**	**(4.487.938.233)**
Fluxo de caixa de actividades de financiamento		
Adjudicatários com Cauções	(52.072.106)	(445.520)
Fluxo de caixa líquido das actividades de financiamento	**(52.072.106)**	**(445.520)**
Fluxo de caixa total das operações, investimento, e financiamento	(4.146.078.520)	2.749.620.590
Variação da caixa e seus equivalentes	**(4.146.078.520)**	**2.749.620.592**
Variação da caixa e seus equivalentes no início do periodo	**30.139.589.744**	22.639.729.016
Variação da caixa e seus equivalentes no final do periodo	**25.993.511.224**	**25.389.349.609**

VI. iv. Mapa de Mutação de Valores

DESIGNAÇÃO	EXERCÍCIO (N) 2021	EXERCÍCIO (N-1) 2020	VARIAÇÕES PARA +	PARA -
ACTIVO				
GRUPOI				
DISPONIBILIDADE				
Caixa	37.906	41.609	–	3.703
Depósito à ordem	3.868.209.003	9.257.330.411	–	5.389.121.408
Depósitos a Prazo	24.183.708.251	22.940.661.660	1.243.046.591	–
	28.051.955.160	**32.198.033.680**	**1.243.046.591**	**5.389.125.111**
CRÉDITOS A CURTO PRAZO				
Contribuintes	4.810.770.913	4.452.282.477	358.488.436	–
Devedores por Rendimento Amortizações	738.625.511	225.417.390	513.208.120	–
Devedores por Prestações a Repor/Reemb.	4.430.519	–	4.430.519	
Outros Devedores	778.185.703	887.707.949	–	109.522.246
Despesas Antecipadas	49.496.217	4.450.240	45.045.977	–
	6.381.508.863	**5.569.858.057**	**921.173.052**	**109.522.246**
EXISTÊNCIAS				
Mercadorias	399.934	420.679	–	20.745
	399.934	**420.679**	**–**	**20.745**
TOTAL DO GRUPO I	**34.433.863.957**	**37.768.312.416**	**2.164.219.644**	**5.498.668.102**
GRUPOII				
CRÉDITOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS				
Emprestimo concedidos	1.270.500.000	–	–	–
Imobilizações Financeiras	22.560.118.718	14.275.328.345	8.284.790.373	–
Imobilizações Córporeas	7.497.882.244	7.391.588.106	106.294.137	–
Imobilizações Incorpóreas	28.490.246	80.313.826	–	51.823.580
Imobilizações em curso	2.510.701.148	2.735.553.705	–	224.852.557
Custos Plurianuais	52.741.183	28.640.185	24.100.998	–
TOTALDOGRUPOII	**33.920.433.539**	**24.511.424.168**	**8.415.185.508**	**276.676.137**
TOTALDOACTIVO	**68.354.297.496**	**62.279.736.584**	**10.579.405.152**	**5.775.344.240**

DESIGNAÇÃO	EXERCÍCIO(N) 2021	EXERCÍCIO (N-1) 2020	VARIAÇÕES PARA+	PARA-
PASSIVO				
GRUPO I				
DÉBITO A CURTO PRAZO				
Desp. Com População Activa – Prestações Pagar	65.036.699	31.674.064	33.362.635	–
Despesas Com Pensões	12.510.390	6.959.291	5.551.099	–
Despesas com Subsídio para Morte Prestações a Pagar	77.798.627	52.473.813	25.324.814	–
Despesas com Acção Sanitária Social	2.729.542	1.756.149	973.393	–
Prestações em Prescrição	32.813.466	42.293.126	–	9.479.659
Sector Público Estatal	43.683.690	49.256.719	–	5.573.029
Fornecedores	6.313.440	14.579.768	–	8.266.328
Adjudicatários com Cauções	2.265.399	2.400.303	–	134.904
Outros Credores	81.693.872	51.584.892	30.108.979	–
Contribuições e Adicionais	4.810.770.913	4.452.282.477	358.488.436	–
TOTAL	**5.135.616.039**	**4.705.206.602**	**453.809.357**	**23.453.920**
DÉBITO A LONGO PRAZO				
Empréstimos Obtidos	27.185.900	54.337.506	–	27.151.605
TOTAL DO GRUPO I	**5.162.801.940**	**4.759.598.108**	**453.809.357**	**50.506.526**
GRUPO II				
Amortizações Reintegrações	1.989.406.927	1.764.601.704	224.805.223	–
TOTAL	**1.989.406.927**	**1.764.601.704**	**224.805.223**	**–**
RECEITAS ANTECIPADAS				
Receitas Antecipadas	1.386.948	22.760	1.364.188	–
	1.386.948	**22.760**	**1.364.188**	**–**
SITUAÇÃO LÍQUIDA				
Provisões	4.886.046.293	4.805.856.002	80.190.290	–
Reservas do Sistema	43.684.457.723	36.248.315.615	7.436.142.108	–
Reservas de Capital	1.520.180.021	1.585.810.650	–	65.630.629
Resultados Transitados	5.745.020.266	7.436.142.109	–	1.691.121.843
Resultados Líquidos	5.364.997.378	5.679.389.636	–	314.392.258
TOTAL DA SITUAÇÃO LÍQUIDA	**61.200.701.681**	**55.755.514.013**	7.516.332.399	2.071.144.730
TOTAL DO GRUPO II	**63.191.495.556**	**57.520.138.476**	7.742.501.810	2.071.144.730
TOTAL DO PASSIVO + SITUAÇÃO LÍQUIDA	**68.354.297.496**	**62.279.736.584**	**8.196.311.168**	**2.121.750.256**

VII - Notas às Demonstrações Financeiras

Introdução

O Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), é uma entidade pública criada pelo Decreto nº 17/88, de 27 de Dezembro, como instituição gestora do regime de Segurança Social Obrigatória, dotada de personalidade jurídica, de autonomia administrativa, financeira e de património próprio. O INSS é tutelado pelo Ministro do Trabalho e Segurança Social.

O Sistema de Segurança Social visa pois, garantir a prestação da assistência aos trabalhadores em casos de doença, acidente, maternidade, invalidez, velhice bem como aos seus familiares, em casos de morte e noutros a definir futuramente, atendendo às possibilidades económicas do País e à capacidade administrativa do próprio sistema.

7. Bases de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos definidos no Plano de Contas Específico para o Sistema de Segurança Social, aprovado por Despacho Ministerial de 31 de Janeiro de 1990.

As Notas às demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base formatos geralmente adoptados em Moçambique, com as necessárias adaptações, de forma a facilitar a sua leitura e compreensão, tendo em conta o escopo do negócio do INSS.

7.1 Políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados

As principais políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras foram os seguintes:

(a) Custo histórico

As demonstrações financeiras foram preparadas em observância do princípio da convenção do custo histórico, exceptuando determinadas contas cujo método de registo vem expressamente referido.

(b) Saldos e transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (diferente do Metical) são registadas para Metical ao câmbio da data da transação usando o câmbio do BIM.

Os activos e passivos monetários em moeda extrangeira à data de balanço são convertidos para Metical à taxa de câmbio do BIM da data do balanço. Os ganhos e perdas cambiais apurados nas datas dos pagamentos e recebimentos, bem como a actualização dos saldos na data do balanço, são reconhecidos na conta Resultados Extraordinários do Exercício.

(c) Imobilizações Financeiras

As imobilizações financeiras, que representam os investimentos financeiros do INSS estão registadas ao custo de aquisição, líquido de perdas por imparidade acumuladas, com excepção das partes de capital em empresas cotadas, que são reconhecidas ao seu Justo valor.

(d) Imobilizado Corpóreo

OO Imobilizado Corpóreo é registado inicialmente ao custo de aquisição, acrescido das despesas adicionais de compra e instalação, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Depois do reconhecimento inicial, os itens de imobilizado corpóreo são sujeitos a uma reavaliação por um avaliador independete em intervalos regulares de 5 (cinco) em cinco anos. O resultado da reavaliação é registado por contrapartida de reserva de reavaliação em capitais próprios e realizado anualmente na mesma proporção das amortizações do exercício desses intens reavaliados.

(e) Imobilizado Incorpóreo

O Imobilizado Incorpóreo, representado por software e encargos plurianuais, encontra-se registado ao custo de aquisição, líquido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

(f) Amortizações de imobilizado corpóreo e incorpóreo

AAs amortizações são calculadas numa base anual, obedecendo o método das quotas constantes, utilizando as taxas máximas previstas na legislação fiscal em vigor, que se considera representarem de forma satisfatória a vida útil estimada dos bens.

As taxas de amortizações mais importantes são as seguintes:

Edifícios e outras construções	2%
Equipamento de Transporte	20% - 25%
Equipamento administrativo e mobiliário diverso	10%
Outros bens imobilizados	10% - 16,7%
Equipamento informático	14,28%
Estudos e consultoria, Software – SISSMO	33,3%

g) Existências

O custo das existências compreende o preço da factura e todas as despesas de compra incorridas. As existências estão valorizadas ao custo médio ponderado.

h) Receitas de Contribuições

AA taxa de contribuições vigente e obrigatória é de 7%, sendo 4% a cargo das entidades empregadoras e 3% suportada pelos trabalhadores.

As contribuições são reconhecidas e registadas no momento em que são recebidas.

(i) Despesas com Prestações do Regime e Acção Sanitária Social

As despesas com prestações e acção sanitária social são reconhecidas no acto de emissão das ordens de pagamento.

(j) As Receitas e Despesas diferentes das em h) e i)

As restantes receitas e despesas são reconhecidas e registadas no momento da liquidação, ou seja, formalmente documentadas, ou quando a transferência de usufruto dos correspondentes direitos e/ou obrigações já se efectivou

7.2 Disponibilidades

Disponibilidade	Valores em meticais 31–Dez–2021	31–Dez–2020
Caixa	**37.906**	**41.609**
Bancos		
Depósitos à ordem	3.868.209.003	9.257.330.411
Depósitos à prazo	24.183.708.251	22.940.661.660
Total bancos Bruto	**28.051.917.254**	**32.197.992.071**
Provisões para outros riscos	(2.058.443.936)	(2.058.443.936)
Total Bancos	**25.993.473.318**	**30.139.548.135**
Contribuição e adicionais à depósitos	–	–
	25.993.511.224	**30.139.589.744**

As provisões para outros riscos e encargos decompõem-se como se segue:

Disponibilidade	Valores em meticais 31–Dez–2021	31–Dez–2020
Saldo inicial	**2.058.443.936**	**2.429.012.790**
Reforço	–	–
Reversões/ajustamentos	–	**(370.568.854)**
Saldo final	**2.058.443.936**	**2.058.443.936**

7.3 Contribuintes

O saldo da rubrica de Contribuintes, no montante de 4.810.770.913MT (2020: MT 4.452.282.477MT), representa o valor contabilístico em dívida dos cerca de **146.309 (2020: 131.066)** contribuintes inscritos no Sistema de Segurança Social, sendo que deste total apenas **59.603 (2020: 52.962)** são activos, o qual resulta da diferença entre as declarações de remunerações e as efectivamente pagas através das guias de depósito. Inclui ainda as multas, Juros de mora e o valor dos cheques devolvidos pelos bancos não regularizados à data do balanço

7.4 Devedores por Rendimentos e Amortizações

O saldo da rubrica de Devedores por rendimentos e amortizações, no montante de 738.625.511MT (2020: 225.417.390MT), compreende os créditos sobre terceiros representativos de rendimentos e amortizações a receber, sendo que, em referência a 31 de Dezembro de 2021, respeita à especialização de juros de depósitos à prazo, obrigações e bilhetes de tesouro, bem como dos dividendos relativos ao presente exercício, mas que serão pagos no exercício seguinte.

7.5 Devedores por Prestações a repor ou a reembolsar

O saldo da rubrica de Devedores por Prestações a repor ou a reembolsar, no montante de 4.430.519MT, compreende as dívidas de beneficiários e pensionistas relativas a prestações indevidamente processadas e pagas e que devem ser reembolsadas a Segurança Social, sendo que, para o exercício de 2020 não teve registo.

RELATÓRIO & CONTAS 2021

INSTITUTO NACIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

INSS

NATIONAL INSTITUTE OF SOCIAL SECURITY

Demonstrações Financeiras – 31 de Dezembro de 2021

Modernizar Para Melhor Servir

7.6 Emprestimo Concedidos

O saldo desta conta, no montante de 1.270.500.000M, representa o montante gasto na aquisição de Suprimentos na REVIMO – Rede Viária de Moçambique, onde o INSS é accionista, para cobrir as necessidades de tesouraria e assegurar o desenvolvimento do projecto de construção de portagens e sistemas de cobranças.

7.7 Outros Devedores

O saldo da rubrica de Outros devedores, no montante de 373.465.888MT (2020: 522.614.559MT), diz respeito aos movimentos com terceiros não abrangidos por qualquer das contas pertencentes a esta classe. Relativamente ao ano anterior, representa uma diminuição no saldo de 149.148.671MT. No decorrer do exercício, a provisão para a cobertura dos riscos para devedores em imparidade aumentou em 39.626.425MT, tendo-se situado em 404.719.815MT no final do exercício. A tabela a seguir apresenta a decomposição do saldo:

Outros Devedores	Valores em Metical	
	31-Dez-2021	31-Dez-2020
Adiantamento ao Pessoal	40.243.339	37.285.154
Saneamento	–	–
Delegações	108.649.980	85.945.828
Alienação de Viaturas	5.669.199	9.238.340
Outros Devedores Diversos	623.623.185	755.238.627
Total Bruto	**778.185.703**	**887.627.411**
Provisão para Outros Devedores	(404.719.815)	(365.093.390)
Total Líquido	**373.465.888**	**522.614.559**

A provisão para Outros devedores decompõem-se como se segue:

Disponibilidade	Valores em meticais	
	31-Dez-2021	31-Dez-2020
Saldo inicial	**365.093.390**	**334.135.028**
Reforço	**109.007.816**	**37.405.875**
Reversões/ajustamento	**(69.381.391)**	**(6.447.513)**
Saldo final	**404.719.815**	**365.093.390**

7.8 Existências

O saldo das existências, no montante de 399.934MT (2020: 420.679MT), refere-se ao inventário de brochuras de legislação sobre o Sistema.

7.9 Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo

No presente exercício, de entre várias realizações registadas nesta rubrica, destaca-se a conclusão do edifício da Delegação Distrital de Matutuine que foi transferido de imobilizado em curso para construções.

Imobilizado	Valores em Meticais					
Custos	2021	Novas Aquisições	Abates/AR directa	Reclassificaçõe s/Ajustamentos	Transferê ncias	2020
Terrenos e recursos Naturais	448.689	62.550	-		-	386.139
Edifícios e outras construções	6.263.401.203	-			-	6.263.401.203
Equipmaneto de Transporte	567.859.942	22.888.000			-	544.971.942
Equipamento Administrativo e Mobiliário Diverso	610.651.297	95.095.008			-	522.474.105
Outros Bens Imobilizados	48.926.483	-			-	48.926.483
Software - SISSMO	28.490.246	11.559.600	(63.383.180)		-	80.313.826
Estudos e consultorias	6.594.629	3.566.937	(8.400.542)		-	11.428.233
Custos Plurianuais	52.741.183	62.621.346	(38.520.348)		-	28.640.185
Imobilizações em Curso	2.510.701.148	117.689.697	-	-	-	2.735.553.706
Total Bruto	**10.089.814.820**	**313.482.138**	**110.304.070**	**-**	**-**	**10.236.095.823**

Amortizações.Acumuladas	31-12-2021	Amortizaçõs do Exercício	.Abates/AR.directa.		31-12-2020
Terrenos.e.recursos.Naturais	-	-	-	-	-
Edifícios.e.outras.construções	1.038.088.814	125.470.005	-	-	912.618.810
Equipamento deTransporte	490.536.915	44.273.565	-	-	446.263.350
Equipamento Administrativo .e.Mobiliário.Diverso	426.639.081	51.157.144	-	-	375.481.937
Outros.Bens.Imobilizados	34.142.117	3.904.509	-	-	30.237.608
Imobilizações Incorpóreas	-	102.597.670	-	-	-
Total. Amortizações	**(1.989.406.927)**	**327.402.893**	**-**	**-**	**1.764.601.704**
Imparidade	**(1.330.131.058)**				**(1.330.131.058)**
Total.Líquido	**6.770.276.835**				**7.141.363.061**

Adições em imobilizações em curso corresponde a construção da Delegação Provincial de Niassa, Distrital de Buzi, Posto de atendimento de Mapai, Marrupa, Kanyaka e Chiure.

As Amortizações e Reintegrações do Exercício em análise ascenderam a 327.402.893MT (2019: 385.302.720MT), o que representa uma diminuição de 57.899.827MT, devido a existência de bens cuja sua vida util chegou ao fim no exercicio de 2020.

7.10 Imobilizações Financeiras

A rubrica de Imobilizações Financeiras para o presente exercício económico foi reavaliada em função do desempenho específico das Sociedades Participadas, sendo que a posição financeira é de 22.560.118.719MT (2020: 13.223.140.727MT), tendo-se registado 14.006.638MT como perdas por imparidades acumuladas. A sua composição está conforme a tabela que se segue:

IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS	% de Participação	Valores em Meticais			
		Valor Reavallado 2021	Valor ao custo histórico 2021	Valor Reavallado 2020	Valor ao custo histórico 2020
BIM – Banco Internacional de Moçambique	4,95%	2.016.831.218	222.780.900	1.860.149.066	222.780.900
Obrigações e Bilhetes de Tesouro	–	6.900.730.134	8.602.830.874	8.602.830.874	8.602.830.874
Ex – Nosso Banco	–	452.983.947	452.983.947	452.983.947	452.983.947
MCS – Moçambique Companhia de Seguros	4,22%	9.187.846	7.068.690	7.068.689	7.068.690
CDM – Cervejas de Moçambique	2,52%	396.930.578	396.930.578	396.930.578	396.930.578
C.M.Hidrocabonetos	4,06%	723.123.000	67.047.300	890.375.400	66.176.550
Epsilon	13,74%	188.743.360	182.256	188.743.360	182.256
Banco Único	2,14%	83.269.968	66.747.000	87.927.764	66.747.000
Ceta	20%	366.212.000	366.212.000	366.212.000	366.212.000
HCB – Hidroelétrica de Cahora Bassa	1,57%	295.881.668	1.295.881.668	1.295.881.668	1.295.881.668
REVIMO–Rede Viária de Moçambique	15%	126.225.000	126.225.000	126.225.000	126.225.000
Sub–Total	–	**22.560.118.719**	**11.604.917.213**	**14.275.328.345**	**11.604.019.463**
Provisão p/ Participações Financeiras	–	**1.092.751.484**		– **1.052.187.618**	
Total Líquido	–	**21.467.367.234**	**11.604.917.213**	**13.223.140.727**	**11.604.019.463**

A provisão para para imobilizações financeiras decompõem-se como se segue:

Disponibilidade	Valores em meticais	
	31-Dez-2021	31-Dez-2020
Saldo inicial	**1.052.187.618**	**903.343.482**
Reforço	**41.140.630**	**148.844.136**
Reversões/ajustamento	**(576.764)**	**-**
Saldo final	**1.092.751.484**	**1.052.187.618**

7.11 Despesas Antecipadas

O saldo de Despesas antecipadas, no montante de 49.496.217MT (2020: 4.450.240MT), representa as despesas liquidadas no exercício e que dizem respeito ao ano seguinte.

7.12 Despesas com População Activa - Prestações a Pagar

O saldo desta conta, no montante de 65.036.699MT (2020: 31.647.067MT) representa os valores retidos pelos centralizadores para pagamento de prestações aos beneficiários. Comparativamente ao exercício anterior registou um aumento em 33.362.635MT.

7.13 Despesas com Pensões – Prestações a Pagar

O saldo desta conta, no montante de 12.510.390MT (2020: 6.959.291MT), representa o valor das pensões processadas e não reclamadas pelos legítimos beneficiários antes da entrada em prescrição. Comparativamente ao exercício anterior registou um aumento em 5.551.100MT.

7.14 Despesas com Subsídio por Morte – Prestações a Pagar

O saldo desta conta, no montante de 77.798.627MT (2020: 52.473.812MT), representa o valor dos subsídios por morte processados, que à data de encerramento do exercício findo em 31 de Dezembro, ainda não haviam sido pagos. Comparativamente ao exercício anterior a conta aumentou em 25.324.814MT.

7.15 Despesas com Acção Sanitária e Social

O saldo desta conta, no valor de 2.729.542MT (2020: 1.756.149MT), é referente às despesas processadas e ainda não pagas, destinadas a atender carências específicas das famílias e da comunidade. Em relação ao exercício anterior, aumentou em 973.393MT

7.16 Prestações em Prescrição

O saldo desta conta, no montante de 32.813.466MT (2020: 42.293.125MT), representa as prestações processadas nas contas pagadoras precedentes desta, que, no entanto, não foram ainda reclamadas, aguardando o prazo legal de prescrição (prazo de prescrição igual a três anos, conforme o nº 2 do art.30, da Lei 4/2007 de Fevereiro). Relativamente ao ano anterior, diminuiu em 9.479.659MT.

7.17 Sector Público Estatal

Esta rubrica regista as operações inerentes à liquidação de taxas, contribuições, quotizações à administração Central e Local e outros organismos afins. O seu saldo ascende a 43.683.690MT (2020: 49.256.719MT), o que comparativamente a 2020 representa uma diminuição de 5.573.029MT.

7.18 Fornecedores

O O saldo desta conta, no valor de 6.313.440MT (2020: 14.579.768MT), representa os encargos não assumidos e liquidados no exercício, referentes a fornecimentos por terceiros de bens e serviços, o que comparativamente a 2020 representa uma diminuição de 8.266.328MT

7.19 Empréstimos Obtidos

O saldo desta conta, no montante de 27.185.900MT (2020: 54.337.506MT), representa os empréstimos obtidos (locações financeiras) junto da Banca Comercial para equipamento de transporte.

7.20 Adjucatários com Cauções

O saldo desta conta, no valor de 2.265.399MT (2020: 2.400.303MT), representa o valor das garantias bancárias dos fornecedores e de outros devedores credores diversos, o que comparativamente a 2020 representa uma diminuição de 134.904MT.

7.21 Outros Credores

OO saldo desta conta, no montante de 81.693.872MT (2020: 51.584.892MT), representa os movimentos com terceiros não abrangidos por qualquer uma das contas precedentes desta classe, comparativamente a 2020 representa um aumento 30.108.980MT.

A tabela a seguir demonstra a composição do saldo:

Outros Credores	Valores em Metical	
	2021	2020
Remunerações a Pagar	8.540.514	261.842
Fundo dos Funcionários do INSS	804.599	2.619.674
Contribuições a Restituir	27.110.071	8.003.295
Credores Diversos	45.238.688	40.700.082
Total	**81.693.872**	**51.584.892**

7.22 INSS - Contribuições e Adicionais

O saldo desta conta, no montante de 4.810.770.913MT (2020: 4.452.282.477MT), indica a diferença entre as contribuições efectivamente recebidas através das guias de depósito e as declaradas nas remunerações. Comparativamente ao exercício anterior aumentou em 358.488.436MT.

7.23 Receitas Antecipadas

As receitas antecipadas ascenderam a 1.386.948MT (2020: 22.760MT) e dizem respeito às receitas recebidas no exercício, cujo proveito só será reconhecido no exercício seguinte.

7.24 Reservas

Não estando determinado por lei o aumento do valor do activo imobilizado bem como da cobertura actuarial dos regimes de prestação social não compreendidos no Sistema de Segurança Social, não foram criadas as Reservas de Reavaliação de Imobilizações, respectivamente, nos termos definidos nos artigos nºs 38 e 39, do Diploma Ministerial n.º 45/90, de 9 de Maio.A conta de reservas compreende as reservas técnicas e de capital, como ilustra o quadro abaixo:

A conta de reservas compreende as reservas técnicas e de capital, como ilustra o quadro que se segui:

Descrição	Valores em Meticais	
Reservas Técnicas	**2021**	**2020**
Ramo de Doença	1.358.120.421	1.079.253.114
Ramo de Prestações por Morte	1.752.174.284	1.562.863.316
Ramo de Pensões	11.787.581.284	11.100.255.881
Reservas Gerais de Sistema	28.786.581.907	22.505.943.304
Total Bruto	**43.684.457.723**	**36.248.315.615**
Reservas de Reavaliação de Imobilizado	**1.519.716.774**	**1.585.810.650**
Edifícios e outras construções	43.027.629	43.027.629
Equipamento Industrial	(67.676)	(67.676)
Equipamento de Transporte	530.923	530.923
Excedente de Revalorização	1.476.689.145	1.542.319.773
Total Líquido	**45.204.637.745**	**37.834.126.265**

De acordo com a tabela acima, o saldo das reservas observou um aumento na ordem de 19,48%, se comparado com o período anterior.

7.25 Contribuições do Regime

RRegista-se nesta conta o valor das contribuições arrecadadas no exercício, provenientes do regime geral e de outros regimes abrangidos pelo sistema, o qual é distribuído pelos ramos doença (1%), pensões (3.25%), morte (1%) e administração (1.75%), de acordo com as percentagens legalmente definidas. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, a receita de contribuições foi de 12.702.976.259MT (2020: 11.705.214.356MT), representando um aumento na ordem de 8,52% em relação ao ano de 2020.

7.26 Outras Receitas

A conta de outras receitas apresenta-se como segue:

Descrição	Valores em Meticais		Variação	
Outras Receitas	**2021**	**2020**	**Absoluta**	**%**
Vendas	98.750	67.600	31.150	46.08%
Receitas Financeiras Correntes	3.582.378.110	3.320.652.633	261.725.477	7.88%
Receitas Suplementares	73.744.872	44.771.972	28.972.900	64.71%
Receitas de Acção Sanitária e Social	137.607.620	182.532.582	-44.924.962	-24.61%
Outras Receitas	6.158.150	2.141.628	4.016.522	187.55%
Total Bruto	**3.799.987.502**	**3.550.166.415**	**249.821.087**	**7.04%**

Vendas – Regista as vendas de brochuras da legislação de Segurança Social.

Receitas Financeiras Correntes – Regista os juros vencidos de depósitos à ordem (20.646.392MT), depósitos a prazo (2.079.711.950), juros de obrigações e bilhetes do tesouro (912.967.220MT), Rendimentos de aplicações em Papel Comercial, diferenças de câmbio favoráveis (18.317.023MT).

Receitas Suplementares – Regista os proveitos que resultam de arrendamento de imóveis do INSS e do património do Ex-FAST, nomeadamente edifício Sede, edifício de Chimoio, edifício de Lichinga, Pousada de Chóckwe, Fabrica de Refeições de Maputo e Centro de Repouso de Namaacha, Condomínio Mulala Residence, Centro de Conferência Regional de Gaza.

Receitas com Acção Sanitária e Social – Regista o valor das prestações prescritas (processadas e não reclamadas dentro do prazo legal de prescrição), e os proveitos resultantes da aplicação de multas e juros de mora.

Outras Receitas – Regista o valor da venda de cadernos de encargo e outros proveitos não cobertos pelas contas precedentes desta classe.

Complementando o atrás descrito, o quadro a seguir sintetiza a estrutura das receitas e a sua evolução, no biénio 2021/2020:

Descrição	Valores em Meticais		Variação	
Receitas Correntes	**2021**	**2020**	**Absoluta**	**%**
Contribuições	12.702.976.259	11.705.214.356	997.761.903	8,52
Vendas	98.750	67.600	31.150	46,08
Receitas Financeiras Correntes	3.582.378.110	3.320.652.633	261.725.477	7,88
Receitas Suplementares	73.744.872	44.771.972	28.972.900	64,71
Receitas de Acção Sanitária e Social	137.607.620	182.532.582	-44.924.962	-24,61
Outras Receitas	6.158.150	2.141.628	4.016.522	187,55
Total Bruto	**16.502.963.761**	**15.255.380.771**	**1.247.582.990**	**8,18**

7.27 Prestações do Regime (as Prestações referidas neste número incluiem Pensões e subsídios)

As Prestações do Regime compreendem o pagamento de despesas abrangidas pelo Sistema de Segurança Social, previstas na lei do mesmo Sistema, as quais se apresentam como segue:

Descrição	Valores em Meticais		Variação	
Prestações do Regime	2021	2020	Absoluta	%
Despesas com População Activa (doença)	392.993.503	299.271.295	93.722.208	31.32%
Despesas com Pensões	6.652.892.927	5.407.467.837	1.245.425.089	23.03%
Despesas com Subsídio por Morte	347.551.377	201.038.215	146.513.162	72.88%
Total Bruto	**7.393.437.807**	**5.907.777.348**	**1.485.660.459**	**25.15**

7.28 Despesas Administrativas

AAs Despesas Administrativas compreendem as despesas correntes de funcionamento e outras de capital, conforme aseguir se apresenta:

Despesas Administrativas	Valores em Meticais		Variação	
	2021	2020	Absoluta	%
Despesas com Acção Sanitária e Social	29.913.754	13.615.401	16.298.352	119.71
Custo de Existencia Venda. Comsumida	20.745	12.211	8.534	69.89
Fornecimentos e serviços de terceiros	563.111.853	374.772.373	188.339.480	50,25
Despesas com Pessoal	2.134.967.636	1.819.793.977	315.173.658	17,32
Despesas Financeiras	112.178.630	42.843.897	69.334.733	161,83
Outras Despesas e encargos	24.111.169	139.790	23.971.379	17.148,14
Total Bruto	**2.864.303.786**	**2.251.177.650**	**613.126.137**	**27,24**

Complementando o atrás descrito, o quadro abaixo sintetiza a estrutura das despesas e a sua evolução no biénio 2020/2021.

Evolução das Prestações de Regime e Despesas Administrativas	Valores em Meticais		Variação	
	2021	2020	Absoluta	%
Despesas com População Activa (doença)	392.993.503	299.271.295	93.722.208	31.32
Despesas com Pensões	6.652.892.927	5.407.467.837	1.245.425.089	23.03
Despesas com Subsídio por Morte	347.551.377	201.038.215	146.513.162	72.88
Administrativas	2.864.303.786	2.251.177.650	513.105.391	27,24
Total Bruto	**10.257.741.593**	**8.158.954.997**	**2.098.765.850**	**25,72**

7.29 Provisões e Perdas por Imparidade do Exercício

O saldo total das provisões foi de 149.571.682 MT (2020: 1.516.381.069 MT), sendo que, as Imobilizações Financeiras tiveram como base a reversao das provisoes da Moçambique companhia de Seguros - MCS 576.764 MT, e a criacao da provisao da Cervejas de Moçambique - CDM de 41.140.630MT, decorrentes da descida do preço de Mercado das Acções da CDM para 50MT contra os 60MT em 2020 e os outros credores no valor de 109.007.816 MT.

A tabela abaixo ilustra a sua composição.

Descrição Imparidades	2021	2020
Reversão da Provisão	**(576.764)**	**(378.714)**
Imobilizações Financeiras	**41.140.630**	**149.222.850**
Imobilizações Corporeas	**–**	**1.330.131.058**
Outros Devedores	**109.007.816**	**37.784.589**
Despesas Antecipadas	**–**	–
Outras Provisões	**–**	–
Total	**149.571.682**	**1.516.75.783**

7.30 Resultados Extraordinários do Exercício

O saldo desta conta é devedor no montante de 57.506.215MT, (2020: 536.857.884MT Credor), compreende as operações que não fazem parte da actividade normal do Instituto nomeadamente a receita proveniente de abate de bens, juros de mora no pagamento de rendas de inquilinos, diferenças câmbios e alienação de viaturas.

7.31 Resultados Imputáveis a Exercícios Anteriores

O saldo desta conta é devedor no montante de 349.020.436 (2020: 1.021.884.249MT credor), compreende as regularizações respeitantes a exercícios anteriores, incluindo, nomeadamente, a recuperação de processamento de custos e proveitos não reconhecidos nos exercícios a que dizem respeito.

7.32 Resultado Líquido do Exercício

O Resultado líquido do exercício corresponde ao crédito entre os custos mais perdas e proveitos acrescidos de ganhos, registados durante o exercício, totalizando 5.364.997.378MT (2020: 5.679.389.637MT). Refira-se que o resultado apresentado corresponde a uma redução em relação ao exercício anterior na ordem de 5,54%.

VIII – Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos de disposto nos nºs 1 a 4 do artigo 112, do decreto nº 51/2017, de 9 de Outubro, propõe-se a seguinte aplicação dos Resultados do Exercício, conforme se ilustra no quadro abaixo:

Proposta de Aplicação de Resultados	
Descrição	Valores em Meticais
Reserva Ramo Doença	342.652.519
Reserva Ramo Morte	246.563.727
Reserva Ramo Pensões	4.775.781.132
Resultado Líquido	**5.364.997.378**

Maputo, ____de Dezembro de 2022

O Director Geral

Joaquim Moisés Sitoi
(Técnico Superior N1)

O Director da DAF

Jaime Custódio Nhavene
(Técnico Superior N1)